

**ALIANÇA PARA O PROGRESSO E PEACE CORPS:
A VISÃO DOS ESTADOS UNIDOS E DE BRIZOLA (1961-1963)**

**Alliance for Progress and Peace Corps:
the view from the United States and Brizola (1961-1963)**

**Alianza para el Progreso y Cuerpos de Paz:
la visión desde los Estados Unidos y Brizola (1961-1963)**

Marcelo Marcon¹

Resumo:

Os Estados Unidos da América passaram a acompanhar o político rio-grandense Leonel de Moura Brizola com maior atenção após o episódio da encampação da concessionária da empresa estadunidense AMFORP no Rio Grande do Sul em 1959 e após a Legalidade. A partir de 1962, documentos oficiais do Departamento de Estado dos Estados Unidos, em grande parte comunicações com as Embaixadas de Brasília e do Rio de Janeiro, passaram a descrever Leonel Brizola como “antiamericano”, “comunista”, “virulento”, “subversivo”, entre outros, além de acompanhar de perto os discursos e movimentações de Brizola. Dessa maneira, o objetivo desse artigo é discutir os programas *Aliança para o Progresso* e *Peace Corps*, implementados pelos Estados Unidos no Brasil durante o governo Kennedy, e a relação desses programas com Leonel Brizola, bem como sua visão sobre eles.

Palavras-chave: Aliança para o Progresso. Corpos da Paz. Leonel Brizola.

Abstract:

The United States began to follow Leonel Brizola with more attention after the American company AMFORP expropriation episode and after the “Legalidade”. From 1962, official documents of the Secretary of State began to describe Brizola as “anti-American”, “communist”, “virulent” and “subversive”, among others, besides following close Brizola’s speeches and movements. Therefore, this article goal’s is to discuss the *Alliance for Progress* and *Peace Corps* programs, implemented by the United

States in Brazil during the Kennedy administration, and the relation of this programs and Leonel Brizola, especially his vision about them.

Keywords: Alliance for Progress. Peace Corps. Leonel Brizola.

Resumen:

Estados Unidos comenzó a prestar mayor atención al político rio-granense Leonel de Moura Brizola después del episodio de la expropiación de la concesionaria de la empresa estadounidense AMFORP en Río Grande do Sul en 1959 y después de la Legalidad. A partir de 1962, documentos oficiales del Departamento de Estado de Estados Unidos, en su mayoría comunicaciones con las Embajadas de Brasilia y Río de Janeiro, comenzaron a describir a Leonel Brizola como "anti-estadounidense", "comunista", "virulento", "subversivo", entre otros, además de seguir de cerca sus discursos y movimientos. De esta manera, el objetivo de este artículo es discutir los programas Alianza para el Progreso y Peace Corps, implementados por Estados Unidos en Brasil durante el gobierno de Kennedy, y la relación de estos programas con Leonel Brizola, así como su visión sobre ellos.

Palabras clave: Alianza para el Progreso. Cuerpo de Paz. Leonel Brizola.

Introdução

Leonel de Moura Brizola, político brasileiro, foi deputado estadual e federal, prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul e por duas vezes governador do Rio de Janeiro, pautou sua trajetória no trabalhismo, no nacionalismo, e na defesa dos interesses nacionais. Brizola denunciava, no período entre os anos de 1961 a 1964, o imperialismo exercido pelos Estados Unidos no Brasil, e os prejuízos que isso trazia para o país.

Através do conceito de processo espoliativo, Brizola afirmava que a implementação de programas estadunidenses no Brasil, como o *Aliança para o Progresso* e o *Corpos da Paz*, atuava no sentido de reafirmar o imperialismo estadunidense no Brasil. Através da entrada do capital estrangeiro, os Estados Unidos adquiria o controle da faixa econômica mais desenvolvida de um país. Para ele, como nos países subdesenvolvidos muitos dos empresários industriais, comerciais, proprietários de grandes empresas e de bancos eram também grandes produtores rurais, latifundiários, o capital estrangeiro embutido nas grandes empresas se tornava um mantenedor da estrutura latifundiária.

Brizola afirmava que o processo espoliativo se interessava pelo latifúndio, pois os países de onde procedem o capital estrangeiro necessitam de matérias-primas, que são fornecidas pela economia latifundiária do país, em uma economia que beneficiava os países que forneciam o capital estrangeiro e mantinham os países, onde o processo espoliativo agia, subdesenvolvidos.

A partir desse entendimento, Brizola denunciou os interesses dos Estados Unidos a partir da implementação da *Aliança para o Progresso* e dos *Corpos da Paz* no Brasil, o que gerou

repercussões e levou os Estados Unidos a monitorarem de perto os discursos de Brizola, como veremos a seguir.

Os Estados Unidos e os programas implementados na América Latina para “combater o socialismo”

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, com o início da Guerra Fria, os Estados Unidos iniciaram uma série de programas, em diferentes continentes, que consistiram em realizar investimentos em diferentes países. O primeiro deles, o Plano Marshall, investiu aproximadamente 13 bilhões de dólares na recuperação dos países da Europa Ocidental.

De acordo com Felipe Pereira Loureiro,

O sucesso do Plano Marshall em alavancar a reconstrução europeia e, sobretudo, garantir o restabelecimento de condições para um desenvolvimento capitalista liberal autossustentável e de longo prazo no continente, geraria pressões por parte de líderes de países subdesenvolvidos para que programas semelhantes fossem criados com foco no terceiro mundo. Essas pressões apresentaram alguns resultados positivos em curto prazo, mas no geral, e amplitude e natureza muito inferiores às aquelas esperadas, em especial quando comparadas ao esforço de ajuda norte-americano na Europa (LOUREIRO, 2020, p.37).

Após a Revolução Cubana de 1959, os Estados Unidos passaram a perceber que a pobreza a que estavam submetidos os países latino-americanos poderia levá-los a se sensibilizar pelo exemplo cubano. Diante disso, uma das principais formas de combate ao socialismo na América Latina foi a implementação de programas de auxílio financeiros, sendo que a principal ação foi a “Aliança para o Progresso”, criada em março de 1961, no início do governo John F. Kennedy.

Em seu discurso, o presidente Kennedy enfatizou o objetivo da Aliança para o Progresso:

Eu conclamo todos os povos do hemisfério a juntar-se em uma nova Aliança para o Progresso – Alianza para el Progreso – um vasto esforço cooperativo, sem paralelo em sua magnitude e nobreza de propósitos, para satisfazer as necessidades básicas dos povos americanos por casa, trabalho e terra, saúde e escola – techo, trabajo y tierra, salud y escuela [...] **Eu proponho que a República Americana dê início a um plano de 10 anos para as Américas, um plano para transformar os anos 60 na década do desenvolvimento**”²² (grifo nosso).

O discurso de Kennedy enfatizou um plano ambicioso de conceder uma grande quantidade de recursos para os países da América Latina. No Brasil, os recursos da Aliança para o

Progresso representaram uma quantidade imensamente maior em relação aos enviados a outros continentes anteriormente, como no período do Plano Marshall (1948-1952, 26,6 milhões de dólares anuais), e do período do Mutual Security Aid (1953-1960, 44 milhões de dólares anuais).(LOUREIRO, 2020, p.68).

Após o assassinato de John Kennedy, em 22 de novembro de 1963, o próprio Robert Kennedy explicou os objetivos da Aliança para o Progresso:

Esta Aliança para o Progresso foi uma resposta às exigências da década dos sessenta; mas suas raízes estão fundas e afastadas no tempo. No passado, os Estados Unidos agiram como “protetores” da estabilidade do Hemisfério, intervindo militarmente em nações latino-americanas vinte e uma vezes só no período de 1898 a 1924; e muito frequentemente nossa grande força foi usada, não para colaborar com a liberdade e com as aspirações dos povos latino-americanos, mas em nome da estabilidade, para proteger nossos interesses de curto prazo; [...] A América Latina foi negligenciada e ignorada. Nos quinze anos que se seguiram à guerra, fornecemos 30 bilhões de dólares à Europa, 15 bilhões à Ásia, mas apenas 2,5 milhões ao nosso próprio hemisfério, para ajudar as economias em declínio de todo um continente subdesenvolvido. Limitamo-nos a aceitar e até a sustentar qualquer governo que estivesse no poder, pedindo apenas que não se conturbasse a superfície calma do hemisfério ((KENNEDY, 1968, p.21.)

De acordo com Felipe Loureiro,

A partir de 1961, no entanto, a atuação norte-americana mudaria radicalmente. No período dos governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964), com exceção dos três meses iniciais de 1964, para o qual não temos dados específicos, a média de ajuda econômica norte-americana para o Brasil saltou de US\$ 44 milhões (1953-1960) para US\$ 210,2 milhões ao ano (aumento de 377,7%). Nos três anos seguintes, que basicamente coincidem com a administração Castelo Branco (abril de 1964 a março de 1967), esse valor cresceu ainda mais, atingindo a média anual de US\$ 346,2 milhões - uma ampliação de 64% com relação aos governos Quadros e Goulart e quase sete vezes maior do que a média dos anos 1953-1960. Com relação à América Latina, a fração da ajuda da Usaid destinada ao Brasil em comparação àquela oferecida ao continente também apresentou diferenças entre as administrações Goulart e Castelo Branco, passando de 18% em 1962 para 44% e 38% em 1965 e 1966, respectivamente. **Não há dúvida, portanto, de que a Aliança para o Progresso, mesmo no período de Quadros-Goulart, trouxe uma significativa melhoria na quantidade de recursos disponibilizados ao Brasil, apesar de que esse avanço seria ainda mais considerável após o golpe de 1964, tanto em termos absolutos, quanto em termos relativos em comparação com a América Latina** (LOUREIRO, 2020, p. 69). (grifo nosso).

Como podemos observar, a Aliança para o Progresso alterou o patamar da quantidade de recursos vindos dos Estados Unidos para o Brasil, sendo que o período do governo Castelo Branco, primeiro da ditadura civil-militar, foi o que mais obteve recursos. Loureiro destacou o fato de os governos estaduais negociarem os recursos do programa diretamente com os Estados

Unidos, sendo que alguns estados receberam uma quantidade de recursos bem maior do que outros.

O autor trabalha com a ideia de “ilhas de sanidade administrativa”³, ou seja, estados estratégicos em que os recursos seriam usados como arma contra o governo Goulart. Segundo Loureiro, três eram os objetivos dos Estados Unidos: Primeiro, “restringir as alternativas políticas do governo federal por meio do fortalecimento de grupos políticos “democráticos”, obrigando a União a dialogar com esses grupos e assumir compromissos políticos com eles”, o que levaria, para o autor, diminuir ações radicais por parte do governo. O segundo objetivo estaria ligado à viabilização de candidaturas “amigáveis” aos Estados Unidos para o pleito previsto para outubro de 1965. Já o terceiro objetivo buscava estabelecer “uma espécie de “caução” contra possíveis ações antidemocráticas de Jango ou de elementos de extrema esquerda, garantindo que estados-chave da federação brasileira estivessem em mãos “democráticas””(LOUREIRO, 2020, p.143)..

Os objetivos descritos acima, após extensa análise das fontes na pesquisa de Loureiro, estão relacionados à tentativa de Washington em influenciar a política brasileira, principalmente no que diz respeito às eleições de outubro de 1962 e às eleições presidenciais previstas para 1965. Ao investir em estados com governantes “amigáveis”, o governo dos EUA pretendia promovê-los, ao mesmo tempo em que não investir em estados governados por políticos de esquerda pretendia inviabilizá-los como possíveis candidatos ao pleito de 1965.

Abaixo, seguem duas tabelas, que demonstram os estados que mais receberam empréstimos durante a Aliança para o Progresso no governo João Goulart:

Tabela 1: Empréstimos da Usaid ao Brasil para projetos discriminados por estados – julho de 1962 a março de 1964 (em milhões US\$)

Estados	Empréstimos (US\$)		Empréstimos (%)	
	Número	Valor	Número	Valor
Guanabara	2	19,5	33,3	59,8
Minas Gerais	1	5,3	16,7	16,3
Pernambuco	1	3,4	16,7	10,4
Ceará	1	2,4	16,7	7,4
Bahia	1	2,0	16,7	6,1
Total	6	32,6	100,0	100,0

Fonte: Elaboração de Felipe Pereira Loureiro com dados da Agência para o Desenvolvimento Internacional da Aliança para o Progresso (1962 a 1964).

Tabela 2: Doações da Usaid ao Brasil discriminadas por estados – janeiro de 1962 a julho de 1963 (em milhões Cr\$)

Estados	Cr\$	%
Rio Grande do Norte	1.981,00	24,9
Guanabara	1.946,00	24,5
Pernambuco	1.109,00	14,0
Agências Internacionais*	960,76	12,1
Bahia	540,00	6,8
Alagoas	370,00	4,7
Maranhão	280,00	3,5
Rio de Janeiro	188,00	2,5
Paraíba	150,00	2,4
Ceará	150,00	1,9
Piauí	120,00	1,5
Sergipe	100,00	1,3
Total	7.944,76	100,0

Fonte: Elaboração de Felipe Loureiro com dados da Agência para o Desenvolvimento Internacional da Aliança para o Progresso (1962 a 1963).

Nas tabelas acima, observamos o destaque que o estado da Guanabara e os estados da região Nordeste tiveram no recebimento de recursos. Na tabela I, comprovamos que a Guanabara obteve quase 60% dos recursos da USAID⁴ destinados ao Brasil no período destacado. Loureiro destaca que “a conclusão geral de estudiosos acerca da parcialidade da Aliança para o Progresso no tocante à alocação de recursos para estados brasileiros, sobretudo no que se refere à Guanabara de Carlos Lacerda, parece ter sólido embasamento”. (LOUREIRO, 2020, p.108).

Outro estado que obteve um grande número de recursos da Aliança para o Progresso no período do governo Goulart foi o Rio Grande do Norte. À época governado por Aluísio Alves (UDN), político conservador, o estado obteve, de acordo com a tabela II, 24,9% das doações da

USAID ao Brasil, de janeiro de 1962 a julho de 1963 (em milhões Cr\$). Também observamos, nas duas tabelas, as posições de Pernambuco, Ceará e Bahia. Até 31 de janeiro de 1963, Pernambuco foi governado por Cid Sampaio, da UDN, a Bahia foi governada por Juracy Magalhães, também da UDN, até 7 de abril de 1963, e o Ceará por Parsifal Barroso, do PTB, até 25 de março de 1963.

Na tabela I, Minas Gerais aparece em segundo lugar na ordem dos empréstimos recebidos pela USAID, à época governado por José de Magalhães Pinto (UDN). Também aparecem, na tabela II, Alagoas, governado por Luiz Cavalcante (UDN); Maranhão, governado por Newton Bello (PSD); Rio de Janeiro, governado de 1962 a 1963 por Celso Peçanha e José Janotti, ambos do PSD; Paraíba, governado por Pedro Gondim, do Partido Democrata Cristão (PDC); Piauí, governado por Tibério Nunes (UDN), entre 1962 e 1963; e o Sergipe, governado por Dionísio Machado (UDN) e João de Seixas Dória (PR)(LOUREIRO, 2020).

Analisando os dados acima, comprovamos que os estados que receberam maiores recursos da Aliança para o Progresso eram governados, em sua maioria, por políticos da UDN, anti-Goulart, conservadores. Assim, os Estados Unidos esperavam, através dos recursos destinados a esses estados, impulsionar candidaturas conservadoras e desestimular candidaturas de políticos de esquerda, ligados a Goulart.

Além da Aliança para o Progresso, outro programa implementado no governo Kennedy foi o *Peace Corps* (*Corpo da Paz*), que recrutou milhares de estadunidenses para atuarem em diversos países latino-americanos. Segundo Cecília Azevedo, os *Corpos da Paz* eram uma:

Agência governamental norte-americana criada pelo presidente Kennedy no início de seu governo, **utilizando a ação de voluntários em projetos de assistência comunitária ao Terceiro Mundo, especialmente nos campos da educação, da saúde e da extensão rural**, os Corpos da Paz se fizeram presentes em praticamente toda a América Latina na década de 1960. Responsável pelo envio de cerca de 150 mil voluntários ao exterior, a agência se mantém até hoje como uma das mais consagradas pela opinião pública norte-americana (AZEVEDO, 2007, p.16) (grifo nosso).

E segue:

Os Corpos da Paz constituíram-se, em conjunto com outros instrumentos utilizados por Kennedy, em relevante peça da estratégia de política internacional adotada pelos Estados Unidos à época. A importância da análise das motivações de sua criação e de suas formas de organização e atuação deriva do fato de serem os Corpos da Paz, talvez a agência governamental que melhor encarnou a disposição de Kennedy de, a um só tempo, reformular e reafirmar as tradições nacionais (AZEVEDO, 2007, p.16).

Podemos analisar vários pontos da citação acima. O primeiro é a percepção que os Corpos da Paz foi a ação do governo Kennedy que mais se perpetuou em relação à América Latina, uma vez que existe até a atualidade. O segundo ponto, foi a forma como a sua atuação “comunitária e assistencialista” teve o objetivo de alavancar a política externa estadunidense, consolidando sua hegemonia no continente.

Os Corpos da Paz, que surgiram no mesmo período que a Aliança para o Progresso, foram expostos pelo presidente Kennedy como uma “missão” que os estadunidenses deveriam estar dispostos a enfrentar. Em um discurso improvisado para estudantes da Universidade de Michigan, no dia 14 de outubro de 1960, a três semanas da eleição presidencial que Kennedy veio a vencer, o candidato democrata exclamou:

Quanto de vocês, que serão médicos, estão dispostos a passar os seus dias em Gana? Técnicos e engenheiros, quanto de vocês estão dispostos a trabalhar no serviço internacional e passar suas vidas ao redor do mundo? Da sua disposição para isso, não simplesmente servir um ano ou dois, mas da sua disposição para contribuir para o país com parte de suas vidas, eu penso que dependerá a resposta em relação a se a sociedade livre pode efetivamente competir. Eu penso que sim! E eu penso que os americanos estão dispostos a contribuir. Mas o esforço terá que ser muito maior do que já foi feito no passado (AZEVEDO, 2007, p.54).

O discurso de Kennedy, influenciado pelo contexto das eleições presidenciais, expôs o ideal dos Corpos da Paz, apelando para o desafio de propor aos estudantes um “chamado” ou uma “missão” para a qual eles estariam sendo convocados a participar, para o bem do continente. Quanto à real intenção do governo estadunidense, sabemos que um dos principais objetivos foi o de inserir cidadãos do país norte-americano em solo sul americano, em uma tentativa de exercer a influência dos Estados Unidos nesses países.

“O virulento e antiamericano cunhado de Goulart vai recusar ajuda”: *Aliança para o Progresso* no Brasil - Posicionamentos dos EUA e de Brizola

O programa da Aliança para o Progresso no Brasil acabou por desencadear reações que foram em forma de discursos, embates e questionamentos, e que envolveram Leonel Brizola. Diversos documentos do Departamento de Estado foram escritos sobre o político petebista.

No dia 02 de outubro de 1962, um memorando escrito por Roger Hilsman, endereçado à Secretaria de Estado, especialmente ao secretário Dean Rusk, descreveu o posicionamento de Leonel Brizola sobre a Aliança para o Progresso, iniciando o documento com apontamentos sobre o presidente João Goulart:

Tensões políticas no Brasil se agravaram desde que o Congresso aceitou, no dia 15 de setembro, a demanda por um plebiscito nacional para abandonar o sistema parlamentarista e retornar a forma de governo presidencialista. Com a expectativa de uma maioria moderada no novo Congresso e a probabilidade de Goulart retornar com plenos poderes, o caminho está aberto para maior construção de liderança para lidar com os problemas econômicos e sociais do país. **Goulart é um homem pequeno em um grande cargo que pôs ganhos políticos imediatos à frente de suas responsabilidades de liderança. Em sua perseguição por poder, ele se aliou com grupos ultra nacionalistas e revolucionários de esquerda**, incluindo Castristas e comunistas, para gerar uma crise entre situação e oposição. Esse poder gera um **perigo de instabilidade no Brasil, que já está sob pressão do aumento da força política dos extremos**. Enquanto Goulart é acusado de buscar organizar uma “ditadura das massas”, espera-se que responda por um tempo estando sob moderadas influências, seguindo sua vitória na crise constitucional, e conseguir lidar com a inflação, empréstimos de alimentos, e aumento de dívidas. Nessas circunstâncias, ele **provavelmente vai seguir uma linha conciliatória com os Estados Unidos** até ele encontrar uma atitude responsável e amigável em relação ao seu governo⁵ (grifo nosso).

O documento retrata a posição do governo dos Estados Unidos a respeito de Goulart. Percebemos um discurso acusativo, ao dizer que o presidente era um “homem pequeno em um grande cargo”, ao supor alianças de Goulart com castristas e comunistas, e ao afirmar, sem provas, que ele estaria organizando uma “ditadura das massas”.

No decorrer do documento, a figura de Brizola torna-se destaque:

No polo oposto aos conservadores, estão **extremistas de esquerda e ultranacionalistas como Leonel Brizola, o virulento e antiamericano cunhado de Goulart**, que como governador do estado do Rio Grande do Sul **expropriou propriedades estadunidenses** sem compensação e anunciou que **vai recusar a ajuda da Aliança para o Progresso** em seu estado. Goulart e alguns de seus conselheiros próximos tem em alguns momentos parecido tolerar ou ativamente encorajar o programa dos extremistas, particularmente esforços dos comunistas e setores pró-comunistas para ganhar o controle do movimento trabalhista brasileiro. Eles deram suporte para vários candidatos de extrema esquerda para as eleições de 07 de outubro, incluindo o cripto-comunista prefeito de Recife, Miguel Arraes, que está concorrendo para governador do estado de Pernambuco. Goulart também apoia o candidato congressista Francisco de Paula Julião, autoproclamado o líder das Ligas Camponesas na angustiada região do Nordeste, que chamou por uma revolução do tipo castrista no Brasil⁶ (grifo nosso).

Como podemos observar, as tintas com as quais o Departamento de Estado pinta Brizola, são um tanto fortes. Ao chamá-lo de “virulento” e “antiamericano”, a estratégia de desqualificação desse político foi utilizada para aproximá-lo do radicalismo de esquerda e de uma postura contrária à potência líder do sistema capitalista, os EUA. Tanto para impor a Miguel Arraes a pecha de “cripto-comunista” revelava que o governo norte-americano acompanhava de

perto a movimentação dos políticos à esquerda que poderiam vir a causar algum abalo na estabilidade das relações bilaterais, no qual o Brasil detinha uma posição subordinada.

Quanto à questão da Aliança para o Progresso, o documento traz implícito, manifestação feita por Brizola, em agosto de 1962, por ocasião de uma entrevista coletiva: “enquanto eu for governador dos gaúchos, nem um centavo da Aliança para o Progresso entrará no meu Estado”⁷.

A declaração de Leonel Brizola foi a seguinte:

Esse transbordamento de dinheiro é feito com o objetivo de deformar as decisões das urnas e de impedir a formação de um Parlamento nacional capaz de votar as medidas necessárias para promover a emancipação do país dos Estados Unidos [...] Eu considero isso **[acordos de ajuda econômica sem passar pelo governo federal brasileiro]** um verdadeiro ato de alienação da nossa soberania nacional [...]. Se essa intervenção malévola persistir, **eu prefiro ver o meu estado excluído da parte do Brasil tocada pela Aliança para o Progresso** (LOUREIRO, 2020, p.168) (grifo nosso).

No entanto, novos estudos confirmam que o Rio Grande do Sul, ainda durante o governo Leonel Brizola, recebeu recursos da Aliança para o Progresso. Felipe Loureiro, analisando os casos do Rio Grande do Sul e de Pernambuco, afirma:

Brizola e Arraes não se recusaram, pelo menos publicamente, a receber fundos da Aliança por intermédio do governo federal brasileiro. Em outras palavras: **caso a ajuda econômica de Washington respeitasse os caminhos legais**, contando o processo de negociação e aprovação de projetos para os estados com participação direta de Brasília (ou de agências submetidas ao governo federal, como a Sudene e a Cocap), Rio Grande do Sul e Pernambuco teoricamente não se oporiam ao recebimento de recursos. Além disso, como também já foi assinalado antes, independentemente das críticas feitas por Brizola e Arraes à Aliança, **a visão que autoridades norte-americanas tinham de ambos os governadores era extremamente negativa e contrária à concessão de ajuda aos estados por eles administrados.** Tudo posto, portanto, mesmo levando em conta a importante atuação dos governadores de esquerda no sentido de rechaçar fundos da Aliança mediante política de ilhas de sanidade administrativa, isso não retira de Washington a responsabilidade principal pela maneira como recursos foram distribuídos entre estados (LOUREIRO, 2020, p.168). (grifo nosso).

Como se vê, a questão não era recusar a ajuda dos fundos liberados pela Aliança para o Progresso, mas sim exigir que se respeitasse a legislação que previa ser da competência do governo federal receber os dólares do programa e repassá-los aos governos estaduais, mediante a aprovação dos projetos para os quais deveriam ser destinados.

Os estados governados por políticos conservadores receberam uma quantidade maior de recursos, quando comparados a estados governados por políticos de esquerda, como o Rio Grande do Sul. Todavia, apesar das fortes críticas sobre a Aliança para o Progresso, esses estados receberam fundos do programa, quando realizados através do governo federal. Isso ocorreu

devido ao fato de os Estados Unidos negociarem, muitas vezes, diretamente com os estados os valores dos empréstimos, o que Felipe Loureiro chamou de “ilhas de sanidade administrativa”.

No dia 19 de outubro de 1962, um telegrama da CIA, Agência de Inteligência Central, que teve sua disseminação entre o Estado, o Exército, a Marinha, a Aeronáutica, o FBI e o CINCARIB (Comandante em Chef -Caribe) intitulado “Planos de movimento de emancipação nacional, organização esquerdista”, classificado como secreto, enviado ao Departamento de Estado, descreveu a atuação de Leonel Brizola, mencionando a questão da Aliança para o Progresso:

Desde setembro de 1962, a linha esquerdista no Brasil vem sendo articulada pelos seguintes homens, que é o líder do “Movimento pela Emancipação Nacional”: **Leonel Brizola (governador RS)**; Hermes Lima (Primeiro Ministro e Ministro das Relações Exteriores); Evandro Lins e Silva (Advogado-Geral); Darcy Ribeiro (Ministro da Educação); Franklin de Oliveira (Principal conselheiro de Brizola); Celso Furtado (Ministro sem pasta) e Josué Guimarães (Diretor da Agência Nacional). **Esses homens, que têm se reunido regularmente para discutir política, acreditam que o método usado por Fidel Castro é o único capaz de implementar o regime socialista no Brasil**, uma vez que é o único método que os EUA não seriam capazes de provocar uma reação anti-forças nacionalistas a tempo. Qualquer outro método falharia. Como o grupo acredita que não conseguiria implementar o regime em até 5 anos, eles trabalharão no controle da opinião pública. Eles decidiram seguir da seguinte maneira: a) Usar a linha-dura dos comunistas em vanguarda, deixando que os EUA e os brasileiros reacionários os critiquem, e dessa forma desviando a atenção da oposição. b) Instalar pessoas marcadas como não-comunistas em seus gabinetes. c) Fortalecer esses infiltrados em reformas administrativas e econômicas. d) Permitir a Aliança para o Progresso funcionar, mas divergindo os benefícios da Aliança dos objetivos do grupo através dos membros dos comitês administrativos brasileiros e a aliança de quem seria leal ao grupo (grifo nosso)⁸.

O documento acima demonstra a ideia, por parte da Agência Central de Inteligência, a CIA, de que havia no Brasil, sob a liderança de Brizola, um plano conspiratório organizado para a implementação de um regime socialista no Brasil. Alguns dos nomes citados, como Darcy Ribeiro, Evandro Lins e Silva, Franklin de Oliveira e Josué Guimarães, eram os membros do governo Goulart com maior ligação a Brizola, enquanto outros apresentavam certo distanciamento de Brizola, como Celso Furtado e Hermes Lima.

O relatório da CIA não explicou, entretanto, as fontes checadas para afirmar que estes se reuniam para planejar essa implementação de um regime socialista. Destaca-se no documento a ordem dos acontecimentos que eles seguiriam: desviando a atenção da oposição, instalando pessoas marcadas como não comunistas em seus gabinetes, fortalecendo os infiltrados nas reformas, e por fim, permitindo a *Aliança para o Progresso*, mas divergindo de seus benefícios.

Sobre o primeiro e segundo argumento, identificamos, em diversos documentos, uma preocupação do governo estadunidense em classificar políticos brasileiros como comunistas ou

possíveis comunistas. Essa classificação está de acordo com o pensamento acima exposto, que políticos como Brizola estariam instalando pessoas marcadas como “não-comunistas” em seus gabinetes, e mantendo os taxados como comunistas na vanguarda.

Abaixo, vemos uma classificação feita pelo secretário executivo do Departamento de Estado, Willian Brubeck (mas assinado por Robert Kent) endereçado a Mr. McGeorge Bundy, no dia 09 de março de 1963:

Tabela 3: Lista de Ministros, Militares e membros do governo brasileiro classificados pelo governo estadunidense (publicado em 09 de março de 1963)

Anti-americanos e extremistas no governo brasileiro		
Nome	Cargo	Classificações
Gabinete do presidente		
Evandro Lins	Chefe da casa civil	Provavelmente comunista
General Albino Silva	Chefe das Forças Armadas	Ultr nacionalista Antiamericano
Raul Ryff	Secretário de Imprensa do presidente	Comunista
Cybillis Viana	Chefe do grupo técnico-consultivo	Ultr nacionalista Esquerdista Brizola protegido
João Caruso	Chefe do plano de reforma agrária	Brizola protegido
Gabinete Ministerial		
Almino Afonso	Ministro do Trabalho	Nacionalista extremo Extrema esquerda Comunista cooperativo, mas talvez recuperável.
Pedro Araújo Suzano	Ministro da Marinha	Ultr nacionalista Antiamericano
Celso Furtado	Ministro do Planejamento	Ex-comunista, mas não têm conexões claras com comunistas nos últimos 10 anos. Nacionalista

		Estadista planejador.
Militares (Exército)		
General Osvino Ferreira Alves	Comandante do 1º Exército (Rio de Janeiro)	Antiamericano Ultracionalista
Brigadeiro General Oromar Osório	Comandante da Artilharia - Divisão da Primeira Infantaria	Extrema esquerda Pró-comunista
Coronel Argemiro de Assis Brasil	Chefe de Pessoal - 3º Região Militar	Pró-comunista
Major General Ladário Ferreira Telles	Comandante da 4ª Região Militar e 4ª Divisão de Infantaria	Ultracionalista
Brigadeiro General Silvino Castro de Nóbrega	Não informado	Ultra-nacionalista

Fonte: Elaboração do autor a partir do documento “Memorando para o Mr. McGeorge Bundy - A Casa Branca - Documentos para apontamentos do Ministro da Fazenda com o presidente”. Classificação: Secreto, 09 de março de 1963, 10 páginas.

A classificação exposta acima demonstra o trabalho de investigação realizado pelo Departamento de Estado para mapear os membros do governo que estariam conspirando em favor de um “golpe comunista”. O “Documento para apontamentos do Ministro da Fazenda com o Presidente”, foi elaborado para o encontro entre San Tiago Dantas e o presidente John Kennedy. A data da publicação do documento, 09 de março de 1963, coincide com o embarque de San Tiago Dantas para os Estados Unidos, ali permanecendo até o dia 27 de março de 1963.

O contexto da viagem de San Tiago Dantas foi marcado pelas incertezas das respectivas equipes de governos, pelas críticas vindas da direita brasileira, do Exército, de setores da esquerda, os quais cobravam com maior veemência o início das reformas de base (LOUREIRO, 2020).

Já para o governo brasileiro, o objetivo do encontro de Dantas com Kennedy era “formular a ordenação dos pagamentos brasileiros no exterior e trazer para o Brasil créditos já concedidos e congelados”. O Brasil buscava obter ajuda financeira imediata, renegociar a dívida com o Fundo Monetário Internacional e ajustar as contas públicas previstas no Plano Trienal, formulado por Dantas e por Celso Furtado, então ministro extraordinário do Planejamento⁹ (MARCON, 2022).

Quanto à questão relacionada à Aliança para o Progresso, demonstra a escolha do governo estadunidense por negociar diretamente com os estados. Como dito anteriormente, a

opção por tratar de valores e acordos com os governadores dos estados, especialmente os alinhados aos interesses estadunidenses, tinha por objetivo enfraquecer o governo Goulart. É possível que a desconfiança em relação aos ministros, apontados como comunistas e antiamericanos, também tenha colaborado para essa estratégia.

Peace Corps no Brasil e Brizola

Como dito anteriormente, o programa Corpos da Paz foi criado no mesmo contexto que a Aliança para o Progresso, em uma tentativa dos Estados Unidos de manter a hegemonia na América Latina, no cenário de Guerra Fria. Assim como no caso da Aliança para o Progresso, a atuação do Corpos da Paz no Brasil também foi alvo de uma disputa de narrativas, entre o governo dos Estados Unidos e Leonel Brizola.

Conforme um longo aerograma da embaixada estadunidense em Brasília para o Departamento de Estado, carimbado como confidencial, informa-se um discurso proferido em uma estação de rádio-TV no dia 30 de outubro de 1962, no Rio de Janeiro, Brizola, “chamou o povo do Brasil para expulsar os mercenários norte-americanos que estão ocupando o Brasil para aprender os seus segredos através dos voluntários do Corpos da Paz”¹⁰.

A resistência de Brizola frente ao imperialismo norte-americano era pública, tanto que a documentação examinada comprova que o político petebista estava sendo acompanhado, sendo que suas declarações contrariavam a lógica da penetração norte-americana na região.

Para Cecília Azevedo, enquanto a Aliança para o Progresso fracassou por “premissas equivocadas sobre a América Latina e a naturalização da noção de desenvolvimento”, os Corpos da Paz nasceram marcados pelos paradigmas da modernização. O acordo de início das operações dos Corpos da Paz no Brasil foi assinado, em 11 de novembro de 1961, pelo embaixador Lincoln Gordon e o então ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, possibilitando que, entidades públicas ou privadas, pudessem convidar voluntários para a execução de projetos, através do aval do programa e do Itamaraty (AZEVEDO, 2007, p.166).

Segundo Azevedo,

O acordo foi assinado, portanto, poucos meses depois do lançamento da Aliança para o Progresso, durante a citada fase de “cooperação construtiva” nas relações Brasil-Estados Unidos. Embora se constituíssem como uma agência independente do ponto de vista administrativo, com objetivos e esfera de atuação mais amplos, na sua concepção e início de atividades no Brasil, como no resto da América Latina, os Corpos da Paz estiveram associados ao espírito e aos atos projetados patrocinados pela Aliança para o Progresso, que se constituiu na moldura política de todas as iniciativas norte-

americanas para a região naquele início dos anos 1960. Mesmo que, para efeitos políticos, tenho sido desfeita logo nos primeiros anos dessa década, por algum tempo ainda a agência justificaria sua presença no Brasil por essa associação (AZEVEDO, 2007, p.167). (grifo nosso).

Assim, percebemos que tanto os Corpos da Paz quanto a Aliança para o Progresso foram criados em um mesmo contexto e com o mesmo objetivo, o de expandir as ações estadunidenses para a América Latina. A autora traz, como exemplo desse espírito, um documento apresentado no Congresso do planejamento para o ano fiscal de 1964, em que foi exaltado o papel dos Corpos da Paz:

Nós fortalecemos o espírito das pessoas nos momentos em que elas se mostraram desencorajadas pelo atraso na finalização dos projetos. Nossa simples presença deu ao povo a sensação de que seus esforços não estavam passando despercebidos, que alguém, além deles próprios, estava interessado no progresso de sua comunidade. A lista de projetos executados é impressionante, mas o mais importante para nós é a mudança de atitude. Com certeza tem ocorrido um aumento de autoconfiança.[...] Muitos latino-americanos percebem **os Corpos da Paz como o catalisador humano da Aliança para o Progresso. Os Corpos da Paz acrescentaram uma terceira força ao dinheiro e ao método da Aliança - voluntários que ajudam a trazer desenvolvimento econômico de alto nível para o camponês, o habitante das favelas, o estudante universitário** (AZEVEDO, 2007, p.167). (grifo nosso).

O documento exalta a presença dos Corpos da Paz na América Latina como sendo um “divisor de águas” da vida da população, em uma tentativa de afirmar que até o momento, a população estaria abandonada “à própria sorte”, e a partir da chegada dos estadunidenses no continente, a população se sentiu confiante da mudança que passaria a ocorrer.

Considerações Finais

Este artigo apresentou a conexão entre os programas *Aliança para o Progresso* e *Corpos da Paz* e o discurso anti-imperialista de Brizola, e mais precisamente, a forma como os Estados Unidos acompanharam esse discurso e as ações de Brizola. A posição anti-imperialista de Brizola, através do entendimento do que ele designou como processo espoliativo, fez parte constante da trajetória de Brizola nesse período de 1961 a 1963, quando o então governador do Rio Grande do Sul fez duras críticas a interferência dos Estados Unidos no Brasil.

Os programas *Aliança para o Progresso* e *Corpos da Paz*, na visão de Brizola, atuavam no sentido de garantir a hegemonia dos Estados Unidos, controlando, através da inserção de capital financeiro, setores da sociedade brasileira. A prática de distribuir recursos diretamente para os

estados, e em garantir mais recursos da *Aliança para o Progresso* aos estados governados por políticos da direita, vai de encontro com esse pensamento de Brizola.

Os Estados Unidos, por sua vez, através dos relatórios produzidos pelas embaixadas, especialmente pelo embaixador Lincoln Gordon, identificou em Leonel Brizola o principal político brasileiro contrário aos interesses estadunidenses, motivo pelo qual acompanhou de perto as movimentações de Brizola. Esse entendimento de Brizola como principal “obstáculo” para os interesses estadunidenses contribuiu para o acirramento das relações entre os dois países, que culminou na ajuda dos Estados Unidos no golpe civil-militar de 1964, que instaurou uma ditadura que perduraria por 21 anos.

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, Cecília. **Em nome da América**: os Corpos da Paz no Brasil. São Paulo: Alameda, 2007.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v.2).
- FERREIRA, Jorge. Nacionalismo, democracia e reformas: As ideias políticas de Leonel Brizola (1961-1964). In: FERREIRA, Jorge; FREIRE, Américo (Orgs.). **A razão indignada**: Leonel Brizola em dois tempos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- KENNEDY, Robert. **O desafio da América Latina**. Rio de Janeiro: Laudes Editora, 1968..
- LOUREIRO, Felipe Pereira. **A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964)**. São Paulo: UNESP, 2020.
- MARCON, Marcelo. **Deu no O Globo**: Leonel Brizola e a criação do Partido Democrático Trabalhista (1979-1982). Dissertação (Mestrado em História). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2017.
- MARCON, Marcelo. “San Tiago Dantas em missão”: a viagem do ministro da Fazenda aos Estados Unidos em março de 1963 sob os olhares da imprensa brasileira. **Aedos**, Porto Alegre, v.14, n.31, p. 222-236, jul.-dez., 2022.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brizola e o trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil - Estados Unidos**: a rivalidade emergente (1950-1988). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Notas:

¹ Doutor em História pela Universidade de Passo Fundo (2023). Professor substituto do curso de História da Universidade de Passo Fundo e da rede municipal de ensino de Passo Fundo. E-mail: marcelomarcon90@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0001-8616-9197>

² Discurso do presidente John F. Kennedy, 1961. MATOS, Eloiza, apud RIBEIRO, 2006.

³ O termo “ilhas de sanidade administrativa” foi cunhado na tese de doutorado de Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues Pereira, intitulada “Criar ilhas de sanidade: Os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil”, defendida pela PUC-SP, em 2005.

⁴ A USAID (United States Agency for International Development), Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, é o órgão dos Estados Unidos responsável pela distribuição de recursos financeiros aos países.

⁵ Memorando do Departamento de Estados dos Estados Unidos intitulado “Presidente Goulart e os recentes acontecimentos políticos no Brasil”, de autoria de Roger Hilsman. Classificação: Confidencial. Tradução livre feita pelo autor, 02 de outubro de 1962. Versão original em inglês:

POLITICAL TENSIONS IN BRAZIL HAVE EASED SINCE CONGRESS AGREED ON SEPTEMBER 15 TO PRESIDENT GOULART'S DEMAND FOR A NATIONAL PLEBISCITE ON ABANDONING THE PARLIAMENTARY SYSTEM AND RETURNING TO A PRESIDENTIAL FORM OF GOVERNMENT. WITH AN EXPECTED MODERATE MAJORITY IN THE NEW CONGRESS AND THE PROBABILITY THAT THE JANUARY 6, 1963 PLEBISCITE WILL RETURN FULL POWERS TO PRESIDENT GOULART, THE WAY IS OPEN FOR MORE CONSTRUCTIVE LEADERSHIP TO DEAL WITH THE COUNTRY'S MANY PRESSING SOCIAL AND ECONOMIC PROBLEMS. GOULART IS A SMALL MAN IN A VERY BIG JOB WHO HAS PUT IMMEDIATE POLITICAL GAIN AHEAD OF THE DUTIES OF RESPONSIBLE LEADERSHIP. IN PURSUIT OF POWER HE HAS ALLIED WITH ULTRA NATIONALIST AND REVOLUTIONARY LEFT GROUPS, CASTROISTS AND COMMUNISTS, TO GENERATE CRISIS SITUATIONS. THESE POWER PLAYS ENDANGER BRAZIL'S STABILITY, WHICH IS ALREADY UNDER PRESSURE FROM INCREASING STRENGTH AT THE POLITICAL EXTREMES. WHILE GOULART IS ACCUSED OF SEEKING TO SET UP A MASS-BASED DICTATORSHIP, IT IS EXPECTED TO RESPOND FOR THE TIME BEING TO MORE MODERATE INFLUENCES FOLLOWING HIS VICTORY IN THE CONSTITUTIONAL CRISIS, AND ATTEMPT TO COPE WITH INFLATION, FOOD SHORTAGES, AND RISING DEFICITS. IN THESE CIRCUMSTANCES, HE WILL PROBABLY FOLLOW GENERALLY CONCILIATORY LINE TOWARD THE UNITED STATES SO LONG AS HE ENCOUNTERS A RESPONSIVE AND FRIENDLY ATTITUDE TOWARD HIS GOVERNMENT.

⁶ Memorando do Departamento de Estados dos Estados Unidos intitulado “Presidente Goulart e os recentes acontecimentos políticos no Brasil”, de autoria de Roger Hilsman (Confidencial), 02 de outubro de 1962 (Tradução livre feita pelo autor), 10 páginas. Versão original em inglês:

At the opposite pole from the conservatives are such extreme leftists and ultranationalists as Leonel Brizola, Goulart's virulently anti-US brother-in-law, who as State Governor of Rio Grande do Sul has expropriated US-owned concerns without compensation and announced that he would refuse Alliance for Progress aid in his state. Goulart himself and some of his closest advisers have at times appeared to tolerate or actively encourage the program of the extremists, particularly efforts of the communist and pro-communist sector to gain control over the Brazilian labor movement. They have given support to several leftist extremist candidates for the October 7 elections, including the crypto-communist Mayor of Recife, Miguel Arraes, who is running for Governor of Pernambuco State. Goulart also supports the congressional candidacy of Francisco de Paula Juliao, self-proclaimed Marist leader of the Peasant Leagues in the distressed Northeast area, who has called for a Castro-type revolution in Brazil.

⁷ *O Globo*, *O Povo que o Julgue*, 08 de agosto de 1962, p. 05.

⁸ Telegrama da Agência Central de Inteligência (CIA) “Planos de movimento de emancipação nacional, organização esquerdista” (Secreto). 19 de outubro de 1962, 03 páginas (Tradução livre feita pelo autor). Versão original em inglês:

AS OF LATE SEPTEMBER 1962 THE LEFTIST LINE IN BRAZIL WAS BEING ARTICULATED BY THE FOLLOWING MEN, WHO HEAD A "MOVEMENT FOR NATIONAL EMANCIPATION": LEONEL

BRIZOLA, GOVERNOR OF RIO GRANDE DO SUL; HERMES LIMA, PRIME MINISTER AND MINISTER OF FOREIGN RELATIONS; EVANDRO LINS E SILVA, ATTORNEY-GENERAL; DARCY RIBEIRO, MINISTER OF EDUCATION; FRANKLIN DE OLIVEIRA, PRINCIPAL ADVISOR TO GOVERNOR BRIZOLA; CELSO FURTADO, MINISTER WITHOUT PORTFOLIO, AND JOSUE GUIMARAES, DIRECTOR OF AGENCY NACIONAL, GOVERNMENT NEWS AGENCY. THESE MEN, WHO HAVE BEEN MEET BIG REGULARLY TO DISCUSS POLICY, BELIEVE THAT THE METHOD USED BY FIDEL CASTRO IS THE ONLY ONE CAPABLE OF IMPLANTING A SOCIALIST REGIME IN BRAZIL, SINCE IT IS THE ONLY METHOD WHICH THE UNITED STATES WOULD NOT PERCEIVE IN TIME TO BE ABLE TO PROVOKE A REACTION BY THE ANTI-NATIONALIST FORCES. ANY OTHER METHOD IS DOOMED TO FAILURE. THE GROUP DOES NOT BELIEVE THAT A SOCIALIST REVOLUTION IS POSSIBLE FOR AT LEAST FIVE YEARS. FOR THIS REASON RIBEIRO, OLIVEIRA, ALVARO VIEIRA PINTO, AND OTHER MEMBERS OF THE HIGHER INSTITUTE FOR BRAZILIAN STUDIES (ISER) BELIEVE IT WISER TO CONCENTRATE ON CONTROLLING THE INNER WORKINGS OF THE GOVERNMENT AND ON INFLUENCING PUBLIC OPINION. THE GROUP DECIDED TO PROCEED IN THE FOLLOWING WAY IN ORDER TO ACCOMPLISH IT AIMS: A. USE THE HARD-LINE COMMUNISTS AS A VANGUARD OF THE MOVEMENT, LETTING THEM DRAW THE FIRE OF THE UNITED STATES AND OF THE BRAZILIAN REACTIONARIES, THUS DIVERTING THE ATTENTION OF THE OPPOSITION. B. INSTALL PERSONS NOT KNOWN MARKED AS COMMUNISTS IN KEY STATE AND FEDERAL GOVERNMENT POSITIONS. C. STRENGTHEN THE POSITION OF THE INFILTRATED PERSONS BY PROMOTING ADMINISTRATIVE AND ECONOMIC REFORMS. D. PERMIT THE ALLIANCE FOR PROGRESS TO FUNCTION HOWEVER, DIVERTING BENEFITS OF THE ALLIANCE TO THE OBJECTIVES OF THE GROUP THROUGH MEMBERS OF THE BRAZILIAN COMMITTEES ADMINISTERING THE ALLIANCE WHO WOULD BE LOYAL TO THE GROUP.

⁹ Segundo Felipe Loureiro, o Plano Trienal “visava manter as taxas nacionais de crescimento econômico e, ao mesmo tempo, zerar a inflação em um período de três anos (1963-1965). Apesar dos esforços depreendidos pela equipe de Furtado, o Plano Trienal teve vida curta.” (2011, p. 02).

¹⁰ Aerograma da Embaixada dos Estados Unidos em Brasília para o Departamento de Estado, (Confidencial), 30 de outubro de 1962, 7 páginas (Tradução livre feita pelo autor).